



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15771 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT11 - Política da Educação Superior

AÇÕES AFIRMATIVAS E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: ENTRE ESTRANHAMENTOS, CONFRONTO DE HABITUS E RESISTÊNCIAS

Patrícia Rosa Santana Guzmán - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Angelo Rodrigo Bianchini - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

AÇÕES AFIRMATIVAS E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: ENTRE ESTRANHAMENTOS, CONFRONTO DE *HABITUS* E RESISTÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

A política de ações afirmativas na Universidade Federal do Maranhão-UFMA foi adotada em 2006 e, desde então, vem recebendo estudantes indígenas em seus cursos presenciais, em um processo ainda incompleto para compreender/atender as especificidades das realidades educacionais indígenas e de perceber a permanência como um elemento indispensável para o sucesso desta política.

Com o objetivo de ampliar o debate sobre a permanência dos estudantes indígenas no ensino superior, principalmente, em cursos de graduação não específicos e dentro de um campo universitário eurocêntrico, este trabalho irá refletir sobre o percurso acadêmico de 07 (sete) estudantes indígenas dos cursos de Medicina e Odontologia da UFMA, com foco em aprofundar as dimensões sociais e simbólicas deste processo, os conflitos e contradições de *habitus* de agentes sociais diversos e as implicações nas estratégias mobilizadas, individual, coletiva e/ou institucionalmente, para permanecer/afiliar-se no curso.

A base epistemológica da pesquisa apoiou-se nos estudos sobre campo, *habitus* e capitais de Bourdieu (2007;2021), nos conhecimentos indígenas, nos estudos sobre a realidade da educação superior indígena e no processo de colonização do Brasil (Baniwa, 2019; Krenak, 2020; Munduruku, 2016), na teoria de afiliação universitária (Coulon, 2008) e

em uma constatação reflexiva quanto às especificidades da permanência dos estudantes indígenas como um grupo que deseja realizar trocas, diálogos e mudanças no campo universitário, mas manter-se diferenciado em suas racionalidades, modos de ver, conhecer e sentir o mundo.

Como procedimento metodológico e instrumento de coleta de dados, foram utilizadas as técnicas de entrevistas semiestruturadas e a análise dos dados foi subsidiada pela base teórico-epistemológica adotada na pesquisa e pelos pressupostos da análise do discurso, na vertente do próprio Bourdieu (2007;2021).

2 PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UFMA

A relação Estado e povos indígenas no Brasil foi construída por violências físicas e simbólicas e por incessantes tentativas de subjugar um rico repertório epistemológico, cultural, linguístico e organizacional dos povos indígenas, que vêm lutando e continuamente se reorganizando para resistir. Como nos faz refletir o líder indígena Krenak (2020, p. 10), “é como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos os que estão fora dela são a sub-humanidade”.

Neste panorama, compreender a educação superior dos povos indígenas é extremamente complexo, pois a própria educação formal foi um instrumento de violência do Estado, que atuou para a tentativa de subjugação dos povos indígenas à categoria de sub-humanidades e, ainda hoje, está permeada por modelos e propostas não indígenas. Entretanto, é indispensável compreender que há resistência e luta indígenas que, pouco a pouco, estão tornando a educação formal em um instrumento a favor de seus projetos societários, que, pela desapropriação violenta de suas terras e pelos intensos contatos com a sociedade não indígena envolvente, foram forçados a buscar novas formas de vivência, sobrevivência e resistência.

Neste sentido, a educação superior é vista também como uma ferramenta de luta pelos povos indígenas, em um processo de compreensão do *modus operandi* e *modus pensanti* da sociedade envolvente, no caminho de um diálogo com conhecimentos escolares e universitários, sem desconsiderar os seus próprios conhecimentos indígenas e suas próprias racionalidades enquanto sociedades diferenciadas. Sobre estas demandas, observa-se que:

Tais avanços também são relevantes na medida em que podem indicar novas perspectivas de exercício da cidadania, do protagonismo sociopolítico na construção dos planos de vida e de autonomia étnica e societária, a partir do apoio empoderado dos novos conhecimentos, habilidades e competências adquiridas na escola e na universidade, além de novos sujeitos escolarizados e intelectuais orgânicos que passam a compor as linhas de frente das lutas coletivas indígenas por seus direitos. (Baniwa, 2019, p.129).

O campo universitário, como um campo decorrente do estatal, carrega toda esta construção de hierarquização de raças e etnias e só muito recentemente, como resultados de lutas e mobilizações sociais (negras, indígenas e de outros grupos minoritários), este campo se abriu para o acesso aos povos indígenas, pela via da política de ações afirmativas, mas ainda com muitas problemáticas em relação a permanência.

A permanência no ensino superior é um processo complexo, envolvendo vários vieses e fatores, sejam psicológicos, financeiros, pedagógicos, sociais e simbólicos. É extremamente necessário entender como os estudantes indígenas na universidade estão vivenciando este espaço, encontrando maneiras de se manter e de se posicionar, principalmente em uma universidade como a UFMA, que ainda não realizou um trabalho integrado e completo da política de ações afirmativas e de acompanhamento do ingresso de estudantes indígenas e apoio a sua permanência.

Neste trabalho, foi feita uma análise deste processo, priorizando a dimensão social e simbólica da permanência de 07 estudantes indígenas dos cursos da área de saúde da UFMA. Foram 02 estudantes indígenas do Curso de Medicina – Campus de São Luís, 02 do Curso de Medicina – Campus de Pinheiro e 03 do Curso de Odontologia – Campus de São Luís (foram adotados nomes fictícios aos entrevistados). Os cursos em questão foram escolhidos por serem os mais demandados pelos estudantes indígenas nos seletivos de ingresso da UFMA. São cursos de alta demanda, com turmas que integram estudantes com as maiores rendas familiares.

A análise do processo de permanência dos estudantes indígenas nestes cursos se apoiará em entender a permanência, a partir de um processo de afiliação universitária, considerando-se a teoria de Alain Coulon (2008), em diálogo com os conceitos de *habitus* e campo universitário de Bourdieu (2007;2021), na compreensão da universidade como um espaço formatado para acolher *habitus* e cultura acadêmica alinhada aos detentores de capitais considerados legítimos, vinculados às frações dominantes dos grupos dominantes da sociedade, em relações de poder assimétricas, materializadas pelas exigências acadêmicas, coerções, lutas simbólicas, trocas linguísticas e estruturação de posições sociais estabelecidas dentro deste campo. Além disso, o diálogo dos resultados com estudos sobre etnicidade e fronteiras étnicas, juventude indígena contemporânea e realidades da educação indígena no ensino superior trouxe uma melhor base de análise.

2.1 Estranhamentos e confronto de *habitus*

O tempo de estranhamento vivenciado por estudantes ingressantes à vida universitária, de acordo com Coulon (2008), é o tempo das rupturas afetivas, em busca de uma vida mais autônoma desmembrada do seio familiar; as rupturas psicopedagógicas, com uma nova relação com professores, colegas, saberes, espaço, tempo e ritmos de trabalho intelectual; e as rupturas institucionais, com novos códigos de organização e de regras administrativas.

As entrevistas com os estudantes indígenas na UFMA sinalizam vivências e experiências marcadas por estranhamentos mais intensos no que tange às aprendizagens dos códigos formais e informais do curso/universidade e da afiliação universitária, muitas vezes, tendo este processo adiado, por limitações e obstáculos sociais, econômicos, simbólicos e pela estrutura do subcampo da UFMA, principalmente nestes cursos, estar mais alinhada aos capitais econômicos, culturais, sociais, simbólicos de uma fração dominante das classes dominantes da sociedade brasileira. O confronto de *habitus* é duramente sentido pelos estudantes indígenas dentro de um espaço branco-eurocentrado, pouco aberto para diálogos interculturais e para compreender as especificidades sociais e étnicas dos estudantes. Isto é observado muito claramente na fala dos estudantes entrevistados, como exposto por uma das estudantes:

Aí de repente, entra num lugar assim que ninguém se conhece, ninguém tá nem aí pra ti... [...] Eu acho que eu estranhava mais, também, assim, a questão da vestimenta, né? Pelo menos no início, assim, até que agora eu tô meio acostumada, mas, por exemplo, é calça e o sapato assim mais fechado, né? Eu nunca fui de usar sapato fechado. Então pra mim, meu pé até hoje dói, mas acho que na minha vida toda, até dentro da na minha escola, era só sapato aberto mesmo. E aí quando a gente chega, assim, até isso, parece, assim, bobagem, né, mas faz uma diferença muito grande na forma que a gente se sente, né, durante o dia... (Janáina-MED-SLZ).

Observamos alguns pontos importantes para refletir na fala da aluna: a sensação de estar sozinha em um mundo desconhecido, a sensação de estar deslocada e as rupturas da escola básica pública para a universidade. O primeiro, já evidenciado nos estudos de Coulon (2008), é referente a um estranhamento de um espaço universitário onde “*ninguém está nem aí pra ti*”, um ambiente que requer mais autonomia do estudante, que agora deve buscar sozinho resolver todas as suas demandas na universidade, sejam as administrativas, sejam as pedagógicas, sejam as pessoais/sociais. A sensação de estar deslocada é refletida na fala da aluna em função da vestimenta (“*Nunca fui de usar sapato fechado*”), mas carrega em si todos os outros elementos advindos das relações de poder estabelecidos no interior do campo universitário. O subcampo da UFMA é este “sapato fechado”, é este espaço de posições que exerce coerção sobre todo agente que entra neste espaço. Para àqueles já habituados que carregam no próprio corpo uma forma de ser, se comunicar, sentir, se comportar, se vestir, um *hexis* corporal alinhado às expectativas e exigências do Curso, fica mais fácil e confortável colocar os pés neste “sapato”, já para aqueles que não herdaram o

“capital cultural legítimo” valorizados neste espaço, o “*pé dói até hoje*”, interferindo na “*forma que se sente durante o dia*”.

Pelo relato dos estudantes indígenas entrevistados, há pouquíssima abertura para tratativas sobre conhecimentos indígenas ou sobre especificidades da saúde indígena, surgindo em situações isoladas por iniciativas individuais de professores ou dos próprios estudantes indígenas, mobilizados em desmistificar algum comentário ou crença preconceituosa em relação a seus povos. As situações evidenciadas demonstram muito mais uma questão de curiosidade por parte de alguns professores e de alguns alunos do que necessariamente um trabalho sistematizado de diálogo intercultural e discussões em relação aos conhecimentos acadêmicos e conhecimentos indígenas. A maioria dos professores não sabe quem é ou não estudante indígena nas turmas e há, ainda, uma visão cristalizada/estereotipada, por parte de muitos professores e colegas, em torno do “ser indígena”. Alguns estudantes indígenas, inclusive, sentem-se questionados quanto ao “ser indígena” no contexto urbano. Sobre este ponto, Daniel Mundukuru (2016) ao falar do seu povo, reflete sobre muitas das mudanças realizadas, que foram necessidades de se adaptar ao novo tempo e de se proteger do desrespeito dos ditos civilizados em relação aos seus costumes, “não colocamos roupa porque nos civilizamos, colocamos roupa para evitar que os tais civilizados se tornassem muito selvagens com a gente” (Munduruku, 2016, s/p). Para ele, falar português, entrar no processo dito civilizatório e fazer parte da cidade foi uma forma de resistir e não uma forma de se entregar e que os indígenas se aproveitaram mais do conhecimento ocidental do que o Ocidente se aproveita do conhecimento indígena.

Os estudantes indígenas entrevistados já chegam com preocupações antes mesmo do ingresso na UFMA, quanto a questão financeira, a questão da migração local ou estadual para a cidade onde o Campus se localiza (dos 07 estudantes entrevistados, 03 eram do Estado do Pernambuco), de entender como funciona a cidade e ao entrar no curso, muitas outras inquietações e angústias vão permeando sua permanência, como às dificuldades em atender demandas acadêmicas, por limitações de conhecimentos não trabalhados na educação básica pública, as limitações tecnológicas vivenciadas por alguns estudantes, o fator financeiro que, muitas vezes, os impede de vivenciar as atividades extracurriculares e realizar novas conexões sociais, os estranhamentos em torno do “ser indígena” no contexto urbano, entre as outras muitas situações evidenciadas no decorrer da pesquisa.

2.2 Resistências e estratégias para a permanência

Mesmo com todas as dificuldades, os estudantes indígenas encontram formas de resistir e buscam estratégias para permanecer no curso. Estas

estratégias, muitas vezes, envolvem compreender o currículo, as metodologias de ensino, as exigências (formais e informais) específicas deste ou daquele professor, desta ou daquela disciplina, as melhores técnicas de estudo e de concentração, a linguagem acadêmica, a seleção do que estudar, o gerenciamento do que se engajar ou não na universidade, a forma de se relacionar e de comunicar com colegas e professores, as formas de acesso à informação, dentre todos os múltiplos códigos do ambiente acadêmico.

Assim, a busca destas estratégias pode ser diferente, considerando-se todos estes fatores sociais e culturais que atuam na vida dos estudantes de forma desigual. Os estudantes indígenas entrevistados passaram por algumas dificuldades no tempo de estranhamento que os fizeram aprender e modificar condutas, como os estudantes Lara-MED-PIN, Janaína-MED-SLZ e Moacir-ODON-SLZ, após perderem os prazos de editais de assistência estudantil e, conseqüentemente, de oportunidades, ficaram mais atentos nas informações veiculados nos instrumentos de comunicação formais da UFMA, como a rede social, o site e o próprio e-mail. Por mais que tenham adotado estratégias tardias, estes estudantes, às duras penas, apropriaram-se de alguns dos códigos que regem institucionalmente este espaço.

O estabelecimento de boas relações com os colegas da turma e de outras turmas se tornou uma estratégia para auxiliar no enfrentamento de algumas dificuldades, até mesmo financeiras. A integração social dentro da universidade é um dos marcadores de afiliação universitária que auxiliam no sentimento de pertencimento ao grupo. Se, no começo, muitos estudantes entraram sem muitas conexões sociais e, em alguns casos, até trouxe algumas desvantagens, logo os estudantes vão percebendo que as relações sociais se tornam importantes, para uma base de apoio e suporte.

Muitos dos estudantes indígenas entrevistados demonstram, após o vínculo de amizades construídas na universidade, se sentirem mais apoiados e menos sozinhos. Essa rede de apoio, em algumas situações, foi imprescindível para fins da própria permanência no curso, como as situações relatadas no Curso de Odontologia em torno das dificuldades quanto ao acesso dos kits odontológicos para as aulas práticas. Os estudantes indígenas entrevistados deste curso relataram uma rede de relações entre estudantes de vários grupos e turmas para os empréstimos de alguns materiais, de forma a não perder nenhuma aula prática. Para se integrar nesta rede de relações, era necessário superar a “*vergonha*” e “*se desenrolar*”, demonstrando a habilidade social de comunicação como muito importante neste processo.

Muitos estudantes entrevistados relataram não ter observado, até o presente momento, abertura para um diálogo intercultural e conteúdos específicos

sobre saúde indígena, o que acontece, em alguns poucos casos, é surgir estes temas por iniciativas isoladas de alguns professores ou pelo próprio aluno indígena, quando algum conhecimento se assemelha a algum conhecimento de sua comunidade. No entanto, ao se depararem com este ambiente fechado, alguns estudantes, no âmbito dos conteúdos, acabam por adotar estratégias de silenciamento nas aulas, o que não significa dizer que silenciaram estas reflexões nos seus estudos individuais. Isto expressa uma posição dos estudantes dentro deste espaço universitário de reconhecimento da autoridade intelectual do professor, em uma troca linguística hierarquizada entre os agentes falantes, no qual o docente detém o poder linguístico e poder universitário de “poder dizer” o que é a ciência e o que são os conhecimentos legítimos em torno deste assunto, não permitindo outras formas de conhecimentos levantados pelos estudantes indígenas.

Enquanto estudantes como Janaína-MED-SLZ tentam buscar estratégias mais individuais de reflexão quanto às especificidades indígenas, outros estudantes como Moacir-ODON-SLZ e Kaike-ODON-SLZ tentam buscar estratégias mais coletivas e/ou articuladas institucionalmente, para reivindicar que as pautas indígenas sejam visibilizadas no subcampo da UFMA, buscando colocar em evidência as demandas indígenas para a comunidade acadêmica. Os dois estudantes participam mais ativamente da União dos Acadêmicos Indígenas -UNAI da UFMA, instituída em 2018 com apoio da Pró-reitoria de Assistência Estudantil.

Foram muitos os desafios enfrentados pelos estudantes indígenas para permanecer no curso. Dos sete estudantes indígenas entrevistados, um já realizou o trancamento do seu curso por dificuldades financeiras e dos que se mantêm no curso observam-se muito mais estratégias individuais do que institucionais para a permanência.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se nos estudantes indígenas uma transição de uma sensação de ambiente opressor sentida inicialmente para uma sensação de “adaptação” àquele ambiente. E nos questionamos: será se este ambiente se tornou menos opressor ou será se os estudantes encontraram os meios e mecanismos de lidar com esta opressão de forma mais “amena”? O curso e a universidade se transformaram estruturalmente e se tornaram mais acolhedores ou os estudantes se moldaram às exigências deste curso/universidade, ajustando minimamente seu *habitus* para se movimentar neste campo? Estaríamos diante de uma violência simbólica, para a qual os estudantes vão aos poucos interiorizando as opressões e criando mecanismos para sobreviver neste espaço, legitimando a violência sobre si mesmos?

Mesmo quando os estudantes indígenas, individualmente ou em grupo, estão manejando as regras formais ou informais, para transgredi-las ou reivindicar mudanças, ainda assim estão jogando dentro das regras do jogo do campo universitário, sem alterar a estrutura e sim alterando uma regra ou outra que os beneficie, o que já é uma consequência de lutas simbólicas estabelecidas neste ambiente no cotidiano, mas ainda o começo de um longo caminho para as transformações mais estruturais deste campo.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *O habitus e o espaço dos estilos de vida*. In: BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução Daniela Kern; Guilherme J.F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre,RS:Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. **Sociologia Geral, vol II: habitus e campo**: Curso no College de France (1981-1982). Tradução Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: EDUFBA, 2008.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MUNDURUKU, Daniel. **O ato indígena de educar (se)**. Uma conversa com Daniel Munduruku. Transcrição de encontro realizado em 5 de julho de 2016, como parte da ação de difusão da 32º Bienal Programa de Encontros do Masp. Disponível em: <http://www.32bienal.org.br/pt/post/o/3364/>. Acesso em 12 dez 2023.